

20. História

Poster / Oral - Pesquisa

História

AS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES DA ESCOLA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO SUL DE SANTA CATARINA (1938-1988)

MASSIROLI, V., RABELO, G.

nessamassiroli@hotmail.com, gra@unesc.net

Palavras-chave: Associações Auxiliares da Escola. História da Educação. Escola.

Introdução

Esta é uma pesquisa em andamento que tem como objetivo central investigar o papel das Associações Auxiliares da Escola em estabelecimentos públicos da região sul de Santa Catarina, entre 1938 a 1988. Nesse sentido, buscamos compreender que comportamentos foram prescritos e que conhecimentos foram ensinados aos alunos e alunas por meio das Associações Auxiliares da Escola em estabelecimentos de ensino mais antigos da rede estadual, localizados nos municípios da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) e Associação de Municípios da Região de Laguna (AMUREL).

Metodologia

Adotou-se como lócus da pesquisa, o Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (CEMESSC) implantado em meio virtual pelo Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação (GRUPEHME). O acervo do CEMESSC contém documentos preservados pelas escolas e, a partir destas fontes, foi possível construir um mapeamento dos educandários que preservaram as atas das Associações Auxiliares da Escola. Como parte complementar desta pesquisa foi realizado um levantamento das legislações que prescreveram o funcionamento das Associações Auxiliares da Escola no período delimitado. A ideia é contrastar as informações existentes nos documentos deixados pelas associações e o conteúdo das leis que instituíam seu funcionamento.

Resultados e Discussão

Legalizadas pelas leis federais do país, as associações auxiliares da escola foram implantadas em escolas das redes públicas e privadas e tinham o propósito de integrar no quadro de vida escolar métodos pedagógicos ativos que buscassem representar aquilo que viria a ser a vida em sociedade (OTTO, 2012). Conforme Niehues (2011,

p.16) até o final da década de 1940 foram estabelecidas as seguintes associações: Liga Pró-Língua Nacional, Caixa Escolar, Cooperativa Escolar, Clube Agrícola, Pelotão de Saúde, Biblioteca Escolar, Jornal Escolar, Clube de Leitura, Liga da Bondade, Círculo de Pais e Professores, Orfeão Escolar, Museus Escolares e Centros de Interesse. Em Santa Catarina, uma das leis mais importantes que ditava o funcionamento das associações auxiliares da escola foi o Decreto número 2.991, de 28 de Abril de 1944. Este documento fornece as instruções para o funcionamento de dez Associações Auxiliares da Escola. Na pesquisa documental realizada na base de dados do CEMESSC foram encontradas atas e relatórios das associações auxiliares em nove escolas da região dos municípios da AMREC, dez escolas da região dos municípios da AMESC, e uma escola da região dos municípios da AMUREL.

Conclusão

A partir das fontes e dos estudos realizados, notamos que em algumas das escolas pesquisadas boa parte das associações entraram em vigor. Já em outros estabelecimentos de ensino, o número de associações em atividade aparece de forma escassa. Com base na análise das legislações e no conteúdo das atas podemos inferir que, em certos grupos escolares as associações não cumpriram com as particularidades estabelecidas nas leis.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Orgânica do Ensino Primário. Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946. Disponível em: www.soleis.adv.br/leiorganicaensinoprimario.htm Acesso em: 07 mai. 2013.

NIEHUES, Mariane Rocha. Ligas da Bondade nas Escolas Públicas Estaduais do Sul de Santa Catarina (1953 a 1970): Prescrevendo Regras de Civilidade. 2011. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) ? UNESC, Santa Catarina, 2011.

OTTO, Franciele. As associações auxiliares da escola e a forma de transmissão das dimensões valorativas e morais da sociedade catarinense: o caso das ?Ligas de Bondade? (1935-1950). 2012. 213 f. Dissertação (Mestrado) -Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTA CATARINA. Decreto n. 2.991, 28 de abril de 1944.

Fonte Financiadora

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

DISPUTAS POLÍTICAS NOS PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO DE ARARANGUÁ 1925 - 1964

MOSER, D., ZANELATTO, J. H.

diegomoser@yahoo.com, jhz@unesc.net

Palavras-chave: História Política, Emancipação, Poder.

Introdução

Em 1880, Araranguá conseguia sua emancipação político-administrativa de Laguna, com uma área territorial que se estendia desde o Rio Urussanga até o Rio Mampituba, fazendo fronteira com o Rio Grande do Sul e ao Oeste até a Serra do Mar, permanecendo com os mesmos limites geográficos estabelecidos quando transformada em Freguesia. Sua população, nesta época, na sua maioria descendentes de africanos, lusos e açorianos. Foi neste contexto que se processou a ocupação do Vale do Araranguá com imigrantes europeus. No Vale do Araranguá, foram assentados imigrantes de diversas etnias, principalmente italianos, alemães e poloneses. Até a década de 1960 ocorreram somente três emancipações. Assim, do vasto território de Araranguá sofreria sua primeira fragmentação em 1925, quando da emancipação do distrito de Criciúma. Posteriormente somente dois municípios conseguiram emancipação Turvo (1949) e Sombrio (1953). Analisar as disputas políticas que envolveram estes processos de emancipação constitui-se o objetivo do estudo.

Metodologia

A história política, teve um período de descrédito, dentro do meio acadêmico, pois dava ênfase aos feitos dos grandes governantes que a financiava. As contribuições vindas da renovação do marxismo através dos “marxistas ingleses” que propõe um debate da cultura na historiografia, do movimento a Nova História (3ª geração da escola dos Annales) e da história cultural em 1980 que história política passa a ter outras perspectivas de estudo, isso é, surge uma renovada história política, com o objetivo de estudar as relações de poder dentro da sociedade, relações estas que não são exercidas somente no que diz respeito a figura do estado. Foi nesta perspectiva da renovada história política que este estudo buscou perceber as disputas políticas que envolveram os interesses locais e regionais nos processos de emancipação de Criciúma, Turvo e Sombrio. No que tange as fontes, além da

historiografia pertinente a temática, utilizou-se das fontes orais, atas, decretos, fotografias e jornais

Resultados e Discussão

Em relação ao processo de emancipação do Distrito de Criciúma a pesquisa evidenciou uma disputa em âmbito local e regional. O processo foi articulado por descendentes de imigrantes de Criciúma (contexto econômico em que o carvão mineral vinha despontando) e os grupos políticos de Araranguá liderados por João Fernandes de Souza que era deputado estadual e fazia um movimento contrário a emancipação. Quanto a Turvo a disputa pelo poder envolveu oligarquia Bornhausen partidários da União Democrática Nacional (UDN) e a oligarquia Ramos representante do partido Social Democrático (PSD). Após uma exaustiva disputa pela prefeitura de Araranguá entre os candidatos Altíssimo Tournier Candidato pelo PSD e Afonso Ghizzo candidato pela UDN, ganha o candidato udenista. Para enfraquecer o poder e influência da UDN no sul do estado, o Governador Aderbal Ramos emancipa Turvo pelo decreto estadual nº 247 em 30 de Dezembro de 1948. Em relação ao processo de emancipação de Sombrio, este iniciou 1943 articulado pelo padre João Reitz. As disputas do padre com o então interventor estadual Nereu Ramos fizeram com a proposta fosse negada e sombrio viria a conseguir sua emancipação somente em 1953. O padre João Reitz tinha um projeto que envolvia os interesses religiosos.

Conclusão

Como ficou evidenciado o processo de emancipação de Criciúma, Turvo e Sombrio envolveram os interesses políticos em âmbito local e regional. Estas disputas envolveram os interesses econômicos, religiosos de grupos famílias que almejavam alcançar com a emancipação o monopólio do poder político local.

Referências Bibliográficas

COLODEL, João. Turvo: Terra e gente. Florianópolis: FCC, 1987. 120 p.

FÉLIX, Loiva Otero. A história política hoje. Revista catarinense de história, nº 5, 1998. 49 – 66 p.

HOBOLD, Paulo. A história de Araranguá. Araranguá: [s. n], 2005. 311 p.

ZANELATTO, João Henrique. De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma: UNESC, 2012. 356 p.

Fonte Financiadora

PIBIC/UNESC.

Oral - Pesquisa

História

CIRCULANDO PELA CIDADE, RECONHECENDO O PATRIMÔNIO IMATERIAL DE CRICIÚMA (REGIÃO DA PRÓSPERA)

VIEIRA, M. J., COSTA, M. O.

mario.jvieira@uol.com.br, moc@unesc.net

Palavras-chave: Patrimônio Imaterial, Memória, Identidade, Patrimônio Cultural

Introdução

Esse estudo é resultado de um projeto de pesquisa em andamento que visa investigar as permanências da cultura imaterial de Criciúma, localizadas no bairro Próspera. Essa investigação faz parte de um projeto mais amplo, que alcança outros bairros da cidade e está vinculada ao GRUPO DE PESQUISA PATRIMÔNIO CULTURAL: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS, cadastrado no CNPq. Objetivo- Tem por objetivo localizar e analisar os saberes relacionados aos bens intangíveis no Bairro Próspera, com o intuito de reconhecer os diferentes “saberes”, que envolvem dança, culinária, artesanato, música, poesia popular, etc. No sentido, de identificar o patrimônio imaterial da cidade.

Metodologia

A metodologia utilizada é o inventário. O modelo de inventário é baseado no proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional- IPHAN. Utilizamos como categorias de análise: Memória, Identidade, Patrimônio Cultural e História.

Resultados e Discussão

O resultado da pesquisa será encaminhada para: Fundação Cultural de Criciúma-FCC; Fundação Catarinense de Cultura- FCC; Centro de Memória da UNESC- CEDOC.

Conclusão

O grupo encontra-se quinzenalmente para o estudo de textos que contribuem na elaboração do referencial teórico que oferece suporte a pesquisa. Esse estudo busca contribuir com a preservação da memória dos fazeres e dos saberes da população de Criciúma.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mario de. In: LEMOS, Carlos. O que é Patrimônio Histórico, 1981.

CANCLINI, Néstor García. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas. São Paulo: Edusp, 2000.

CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano (Artes de fazer). Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de.; GIARD, Luci & MAYOL, Pierre. A Invenção do cotidiano: morar, cozinhar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Coletânea de Leis sobre a preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006

DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: São Paulo (cidade) Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do patrimônio Histórico. O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH. São Paulo, DPH, 1992. p.129-136.

FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. In: Revista Brasileira de História 25/26: Memória, história e historiografia. São Paulo: marco Zero/ Anpuh, 1993. p. 272-276.

Fonte Financiadora

Programa de Iniciação Científica do Artigo 170 da Constituição Estadual PIC 170 / 2013

Oral - Pesquisa

História

ARTE RUPESTRE NAS ENCOSTAS DA SERRA DO SUL DE SANTA CATARINA

FERREIRA, J. R., CEZARO, H. S., SANTOS, M. C. P., ZOCHE, J. J., CAMPOS, J. B.

jssikaa.ramos@gmail.com, herom@unesc.net, marcosc_8@yahoo.com.br, jjz@unesc.net, jbi@unesc.net

*Palavras-chave: Mapeamento de sítios, pré-história, região sul***Introdução**

O presente estudo tem como objetivo realizar um inventário minucioso nas encostas da Serra Geral na região sul catarinense para registros de arte rupestre, além de construir um panorama sobre as populações pré-históricas que habitaram o território sul catarinense e nordeste sul rio-grandense. O levantamento tem como objetivos específicos, a coleta e análise de dados primários e secundários sobre a arte rupestre no sul catarinense, a construção de um panorama da paisagem arqueológica, a contribuição para o conhecimento da arte rupestre e georreferenciar os sítios de arte rupestre das Encostas da Serra Geral no Sul de Santa Catarina.

Metodologia

Considerando que os estudos da arte rupestre possuem parâmetros norteadores a partir de três abordagens: o sítio, os registros em si e o contexto arqueológico em que foram feitos (PEREIRA 2011), a pesquisa de campo será realizada com levantamento de dados oportunistas e bibliográficos. Primeiramente os sítios rupestres terão sua localização geográfica determinada por meio do de GPS. Identificado um sítio arqueológico com inscrições rupestres será registrado o suporte rochoso e o ambiente nos quais estão inseridos (relevo, geomorfologia, flora presente no sítio e no seu entorno).

A mancha gráfica será dividida em painéis, sendo posteriormente verificada a recorrência de formas. Serão tomadas medidas da espessura das incisões e tamanhos das figuras. Como forma de registros as inscrições serão fotografadas e descritas utilizando a terminologia de Prous (1995).

Resultados e Discussão

ATRAVÉS das análises preliminares obtidas pela pesquisa, torna-se perceptível que a ÁREA de estudo apresenta enorme quantidade de SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS, segundo campos et al (2013).

Atualmente foram registrados 117 sítios pré-históricos SENDO dois de arte em contextos físicos e ambientais diferentes, proporcionando panorama favorável para o estudo rupestre na região pesquisada.

Conclusão

O estado de Santa Catarina caracteriza-se arqueologicamente por um legado cultural amplo, deixado por populações pretéritas que se deslocavam em diferentes espaços. Ao longo da pesquisa, essa afirmação pode ser vivenciada, pois até o presente momento, já se é conclusivo o rico patrimônio material que estas populações nos deixaram, podendo os pesquisadores da atualidade vislumbrar e analisar o cotidiano destas populações através de sua cultura material.

Referências Bibliográficas

BEBER, M. V. 2005. O sistema do assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Iтарaré. Documentos, Arqueologia no Rio Grande do Sul 10: 5–125.

CAMPOS et al. As gravuras rupestres do projeto encostas da serra no sul do estado de Santa Catarina, Brasil. IN: OOSTERBEEK, L. M et al. (Ed.). Jornadas de Arqueologia Iberoamericana. Lisboa: Candeias.

Chmyz, I., Bora, E., Santos Ceccon, R., Sganzerla, M. E., Volcov, J. E. 2003. A arqueologia da área do aterro Sanitário da região metropolitana de Curitiba, em Mandirituba, Paraná. Arqueologia 2: 1–138

CAMPOS, J. B. ; ROSA, R. C. ; RICKEN, C. ; SANTOS, M. C. P. ; ZOCHE, J. J. . Arqueologia entre Rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros Arqueológicos Pré-Históricos no Extremo Sul Catarinense. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), 2013.

CEZARO, H. S. ; BRAGA, A. S. ; SANTOS, M. C. P. ; ZOCHE, J. J. ; CAMPOS, J. B. . A arte rupestre

do Extremo Sul Catarinense: O caso do sítio Malacara I Santa Catarina Brasil. Revista de Tecnologia e Ambiente, v. 17, p. 133-149, 2011.

COMERLATO, F. - Representações rupestres do litoral de Santa Catarina. Porto Alegre : Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS, 2005. 184 f. Tese de doutoramento

DALL'ALBA, J. L. Histórias do grande Araranguá. Editora Orion, 519 p. 1997.

KERN, A. Arqueologia Pré-histórica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 356 p. 1992

PROUS, A. Arqueologia Brasileira. Brasília: Editora UnB, 502 p. 1992.

ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos no Planalto Catarinense, Brasil. Pesquisas. - Instituto Anchieta de Pesquisas. 24. 1971a.

SCHMITZ, Pedro Inácio. Caçadores e Coletores da Pré-História do Brasil. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 91 p. 1984.

Fonte Financiadora

Programa de Iniciação Científica do Artigo 170 da Constituição Estadual – PIC 170/2013

Oral - Pesquisa

História

“ELAS AINDA RECORDAM”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE A TÉCNICA DA ARTE CERÂMICA EM IMARUÍ –SC

ROSA, F. T., COSTA, M. O.

franiel-08@hotmail.com, moc@unesc.net

Palavras-chave: história oral, utensílios de cerâmica, Panelas de barro, paneleiras de Imaruí

Introdução

Trata-se de um estudo acerca do patrimônio imaterial que envolve a técnica de cerâmica no litoral de Santa Catarina, respectivamente na cidade de Imaruí, e que, está em vias de esquecimento. A pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa: história e Memória da Educação-GRUPEHME. compreender a forma como a técnica da fabricação de utensílios em cerâmica foi desenvolvida no local pesquisado (Imaruí-SC) e conhecer o processo de fabricação do artesanato em cerâmica, situando-o como “arte popular” e patrimônio imaterial dessa comunidade de pescadores.

Metodologia

A metodologia empregada é basicamente a história oral temática. Foram quatro entrevistas realizadas com filhas e netas de mulheres mestres na fabricação das “louças de barro”, como elas mesmas denominam o artesanato. As entrevistas estão seguindo os critérios do trabalho com história oral, qual seja, a pré-entrevista, a entrevista, a transcrição. Após a transcrição serão feitas a textualização e será devolvida as narradoras para obter a autorização da publicação. Além das entrevistas estamos realizando estudos acerca das seguintes categorias: memória, história, patrimônio imaterial e identidade. Esses conceitos oferecem suportes para a compreensão do “saber fazer” as louças de argila, como patrimônio imaterial de Santa Catarina

Resultados e Discussão

Até o momento foram realizadas quatro entrevistas. A pesquisa tem indicado um bairro específico de Imaruí onde as mulheres realizavam esse trabalho, o bairro Taquaraçutuba. As mulheres entrevistadas descrevem como era o processo de fabricação das louças, desde a coleta da argila até a comercialização das mesmas. A argila era encontrada próximo de suas casas. As crianças

ajudavam no preparo do barro, amassando-o. As mulheres davam a forma das louças, com ajuda de materiais encontrados no lugar como o porongo, que servia de molde e a “coronha”, que servia de lixa, entre outros. Depois de modelados, os utensílios eram postos em um forno para a queima. E depois comercializados nas redondezas do lugar bem como, no porto de Laguna. As crianças auxiliavam, os homens trabalhavam na roça, tendo apenas uma breve participação no processo.

Conclusão

A fabricação desse artesanato permaneceu na localidade desde a sua fundação até meados dos anos de 1970. O ofício era repassado de mãe para filhas, até o momento só encontramos mulheres na fabricação dessas louças. Acreditamos que esse estudo é mais uma contribuição para se efetivar o direito à memória, oferecendo visibilidade a uma arte que tende ao esquecimento.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Mario de. In: LEMOS, Carlos. O que é Patrimônio Histórico, 1981.
- CANCLINI, Néstor García. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano (Artes de fazer). Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de.; GIARD, Luci & MAYOL, Pierre. A Invenção do cotidiano: morar, cozinhar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: São Paulo (cidade) Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do patrimônio Histórico. O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo, DPH, 1992. p.129-136.
- FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa

para o ensino de história. In: Revista Brasileira de História 25/26: Memória, história e historiografia. São Paulo: marco Zero/ Anpuh, 1993. p. 272-276.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Educação Patrimonial. Comunicação apresentada na Conferência Latino-Americana sobre a preservação do Patrimônio Cultural. Junho de 1991.

LEMOS, Carlos. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NOGUEIRA Antonio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. IN: História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007

SANTOS, Miyrian. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. Revista Brasileira de ciências Sociais, ANPOCS, São Paulo, n.23, ano 8, p. 70-84, 1993.

Fonte Financiadora

Programa de Iniciação Científica do Artigo 170 da Constituição Estadual – PIC 170/2013

Oral - Pesquisa

História

DISPUTAS PELO PODER POLÍTICO NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

ZANELATTO, J. H.

jhz@unescc.net

*Palavras-chave: História Política, Urussanga, Primeira República***Introdução**

O município de Urussanga, esta situado no Sul Catarinense, foi o primeiro núcleo colonial a se emancipar na região em 1900. Constituído a partir de 1878, com a chegada dos imigrantes italianos, na sua maioria procedentes do Vêneto, região situada ao norte da Itália. Urussanga configurou-se no único município de Santa Catarina com população eminentemente de italianos, contando no início do século XX com 7.145 habitantes, dos quais 7.000 eram italianos e descendentes. Seu território chegou a ter 17 núcleos coloniais. Logo após a emancipação, a disputa política deu-se entre os membros da elite local, que se tornaram elegíveis para os cargos públicos. Esta disputa pelo poder local é pensada a partir das relações de poder: são alianças, acordos, tensões e confrontos para conseguirem o monopólio do poder local. A partir da instalação do município, surgiram facções locais que almejavam ser o porta-voz dos colonos. Comerciantes, padres e cônsules disputaram o monopólio político e cultural no município durante toda a Primeira República.

Metodologia

As disputas pelo poder político entre Comerciantes, padres e cônsules italianos no município de Urussanga, durante a Primeira República constituiu-se o objetivo do escrito. Assim, esta pesquisa fundamentou-se na renovada história política. No que tange as fontes foram utilizadas a produção historiográfica local e regional, relatórios de cônsules e registros do poder executivo e legislativo municipal e a imprensa. A imprensa foi abordada sob duas vertentes básicas: a primeira enquanto fonte e a segunda como objeto de análise.

Resultados e Discussão

O processo de emancipação política de Urussanga uniu os vários grupos políticos no Distrito que se articularam na luta contra os interesses de Tubarão, contrários a emancipação. Mas logo após a

emancipação as disputas se processaram entre consoles, padres e comerciantes, disputa que permaneceu durante toda a Primeira República. Destacam-se nestas disputas os comerciantes Giacinto De Brida e Lucas Bez Batti, o padre Luigi Marzano e os cônsules Gherardo Pio de Savóia e Caruso McDonald. O padre Marzano e o cônsul McDonald, criaram dois jornais publicados em língua italiana, onde se atacavam. Cônsul e advogado, Caruso McDonald foi uma espécie de eminência parda na vida política de Urussanga durante toda a Primeira República, hábil articulador, influenciou o superintendente municipal Giacinto Bez Batti que dirigiu o município até 1916 e voltou em 1930 quando Vargas assumiu o poder. Caruso McDonald foi também o articulador da Aliança Liberal em Urussanga que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da república e posteriormente organizou também no município o movimento "revolucionário" de 1930.

Conclusão

Ficou evidenciado que as disputas pelo poder político em Urussanga durante a Primeira República foi articulado pelos mesmos grupos que estiveram à frente do processo de emancipação. Comerciantes, Cônsules e padre utilizaram de seu capital econômico, político e religioso afim de atingir o domínio do poder político no município.

Referências Bibliográficas

DALL'ALBA, João Leonir. Imigração italiana em Santa Catarina. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

MARZANO, Luigi. Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil. Tradução de João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: Editora da UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985.

MARQUES, Agenor Neves. História de Urussanga. Prefeitura Municipal de Urussanga, 1979.

OTTO, Claricia. *Catolicidades e italianidades: Tramas do poder em Santa Catarina (1875-1930)*. Florianópolis: Insular, 2006.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ZANELATTO, João Henrique. *De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas*. Criciúma: UNESC, 2012. 356 p.

Fonte Financiadora

Recursos provenientes do Fumdes/Unesc.